

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Suhender Ribeiro da Silva
E-mail: suhender@hotmail.com
Instituição: Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, Brasil

Submetido: 17/02/2021
Aprovado: 01/05/2021
Publicado: 22/11/2023

doi: 10.20396/rho.v23i00.8664407
e-Location: e023023
ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023):
 SILVA, S. R. da; SOARES, F. dos S. Entre pedidos e pareceres: avaliações de livros didáticos de matemática no século XIX. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 23, p. 1-25, 2023. DOI: 10.20396/rho.v23i00.8664407. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8664407>. Acesso em: 22 nov. 2023.



ENTRE PEDIDOS E PARECERES: AVALIAÇÕES DE LIVROS DIDÁTICOS DE MATEMÁTICA NO SÉCULO XIX¹

  **Suhender Ribeiro da Silva***
 Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro

  **Flávia dos Santos Soares****
 Universidade Federal Fluminense

RESUMO

O livro didático, ao lado de outras fontes, pode ser identificado como um material de significativa contribuição para a história das práticas educativas além de ser visto como portador de parte dos conteúdos a serem ensinados, o que permite enxergar o livro como fonte de pesquisas que se volta para a compreensão da cultura escolar e para a constituição das disciplinas escolares. No Brasil, a década de 1830 marca o momento em que começam a surgir as primeiras obras didáticas nacionais na área de Matemática, usadas em escolas, exames preparatórios e, posteriormente, em liceus e colégios. A partir de então, uma questão que começa a se impor, particularmente a partir de 1854 com as Reformas de Couto Ferraz, é o controle sobre os livros usados nas escolas. A fim de avaliar a qualidade desses livros, pareceres redigidos por professores de instituições renomadas eram utilizados para decidir se um livro deveria ser adotado e/ou mantido na escola. Esses pareceres podem ser tomados como documentos importantes que expressam critérios de qualidade que os livros didáticos deveriam obedecer. Esse artigo tem como objetivo analisar o processo de avaliação de obras didáticas no século XIX a fim de identificar quais critérios gerais e outros específicos para a área de matemática podem ser apreendidos dos pareceres compreendendo o papel e a importância dos pareceres no processo de validação das obras didáticas também como estratégias para a circulação de livros escolares.

PALAVRAS-CHAVE: Livros didáticos de matemática. Avaliação por parecer. Século XIX.

BETWEEN REQUESTS AND OPINIONS: EVALUATIONS OF MATH TEACHING BOOKS IN THE XIX CENTURY

Abstract

The textbook, along with other sources, can be identified as a material of significant contribution to the history of educational practices, in addition to being seen as carrying part of the content to be taught, which allows us to see the book as a source of research that it focuses on the understanding of school culture and the constitution of school subjects. In Brazil, the 1830s marked the moment when the first national didactic works in Mathematics began to appear, used in schools, preparatory exams and, later, in high schools and colleges. From then on, an issue that began to impose itself, particularly after 1854 with the Couto Ferraz Reforms, was the control over books used in schools. In order to assess the quality of these books, opinions written by teachers from renowned institutions were used to decide whether a book should be adopted and / or maintained at school. These opinions can be taken as important documents that express quality criteria that textbooks should obey. This article aims to analyze the evaluation process of didactic works in the 19th century in order to identify which general and other specific criteria for the area of mathematics can be inferred from the opinions, understanding the role and the importance of the opinions in the process of validating the works didactics also as strategies for the circulation of schoolbooks.

Keywords: Mathematics textbooks. Assessment by opinion. 19th century.

ENTRE SOLICITUDES Y OPINIONES: EVALUACIONES DE LOS LIBROS PARA LA ENSEÑANZA DE MATEMÁTICAS DEL SIGLO XIX

Resumen

El libro de texto, junto con otras fuentes, se puede identificar como un material de importante aporte a la historia de las prácticas educativas, además de ser visto como portador de parte del contenido a enseñar, lo que permite ver el libro como una fuente de información. investigación que se centra en la comprensión de la cultura escolar y la constitución de las materias escolares. En Brasil, la década de 1830 marcó el momento en que comenzaron a aparecer las primeras obras didácticas nacionales en el área de las Matemáticas, utilizadas en escuelas, exámenes preparatorios y, más tarde, en escuelas secundarias y colegios. A partir de entonces, un tema que comenzó a imponerse, particularmente a partir de 1854 con las Reformas de Couto Ferraz, fue el control sobre los libros utilizados en las escuelas. Para evaluar la calidad de estos libros, se utilizaron opiniones escritas por profesores de instituciones de renombre para decidir si un libro debería ser adoptado y / o mantenido en la escuela. Estas opiniones pueden tomarse como documentos importantes que expresan criterios de calidad que deben obedecer los libros de texto. Este artículo tiene como objetivo analizar el proceso de evaluación de trabajos didácticos en el siglo XIX con el fin de identificar qué criterios generales y otros específicos del área de las matemáticas se pueden inferir de las opiniones, entendiendo el papel y la importancia de las opiniones en la Proceso de validación de la didáctica de las obras también como estrategias para la circulación de libros escolares.

Palabras clave: Libros de texto de matemáticas. Evaluación por opinión. Siglo XIX.

O LIVRO DIDÁTICO COMO FONTE DE PESQUISAS

[...] Nas primeiras horas da segunda-feira em que iam começar nossas aulas, eu e outros alunos gratuitos fomos conduzidos à Biblioteca do Colégio para o cerimonial de receber livros e material didático que o colégio nos fornecia. Os estupendos cadernos com o nome da instituição na capa, encimado pelas Armas da República. Lápis, borracha, compassos, esquadros, régua, caneta, penas Mallat. Os livros, o depotismo dos livros [...] (Pedro Nava, *Chão de Ferro*, 2001).

Nas memórias de Pedro Nava, em seus anos como aluno do internato do Colégio Pedro II, assim como na memória de muitos de nós, o livro didático está bastante presente como um objeto importante dentro do ambiente escolar. Como pontuam Lomas e Jurado (2015) a extensão e a democratização da escola obrigatória e dos sistemas nacionais de ensino trouxeram consigo a hegemonia do livro escolar em diferentes níveis, do elementar ao superior. Até hoje, em que pese a emergência de outras formas de acesso ao conhecimento e à aprendizagem, como a internet, a importância do livro didático se mantém quase invariável.

O livro didático se constitui como parte da realidade do ensino e é elemento transformador desta mesma realidade, ora atuando como agente passivo, que se molda as necessidades da vida escolar, ora como ativo que dita mudanças e muda paradigmas. Em relação a esse papel, pesquisadores da História da Educação se mostram preocupados com o livro didático visto como uma fonte que permite “[...] olhar a instituição [escolar] por dentro a partir de sua análise interna” (Corrêa, 2000, p. 17).

Outros autores (Bittencourt, 2008; Gasparello, 2006; Choppin, 2004; Ossenbach, 2010) consideram ainda o livro didático como um importante elemento para entender melhor a história da educação e para a constituição das disciplinas escolares. Em se tratando especialmente do ensino no Brasil, as pesquisas em história da Educação Matemática apontam os livros didáticos como sendo um item importante na trajetória da constituição da Matemática escolar como um conjunto organizado de conteúdos (Valente, 1999).

Ossenbach (2010, p. 121) afirma que “[...] não seria senão até meados do século XVIII, com o progresso que experimentou então o método de ensino simultâneo, que o livro escolar começaria a ter uma maior difusão”. É a este tipo de livro, que se desenvolveu ao longo da época contemporânea, conforme foram se consolidando e se expandindo os sistemas de ensino, que a autora se refere como livros escolares.

Tende-se a considerar nesse grupo somente aquelas obras concebidas expressamente com a intenção de serem usadas no processo de ensino-aprendizagem, intenção indicada por seu título, por nome, nível ou modalidade, por sua estrutura didática interna e por seu conteúdo, que contempla a exposição ordenada e sequencial de uma disciplina escolar (Ossenbach, 2010, p. 121, tradução nossa).

Corrêa (2000, p. 20) defende que “[...] desvendar o livro escolar é também contribuir para fazer a arqueologia das práticas escolares por meio dos materiais que compuseram o trabalho pedagógico desenvolvido na escola ao longo do tempo”. Dessa forma, pode-se identificá-los como “[...] instrumentos de processos de criação e recriação de saberes e práticas culturais desse campo, como as metodologias de ensino, uma linguagem própria e um gênero literário específico” (Gasparello, 2006, p. 1-2).

Sendo assim, o livro didático deve ser entendido como parte integrante da cultura escolar. Para Julia (2001, p. 10-11, grifo do autor),

[...] poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).

Com efeito, a cultura escolar acaba por influenciar de forma direta na construção social de um indivíduo e o livro, usado como um componente dessa cultura, ganha uma função ainda maior nessa construção. Entretanto, “[...] o livro escolar, ao fazer parte da cultura da escola, não integra essa cultura arbitrariamente. É organizado, veiculado e utilizado com uma intencionalidade, já que é portador de uma dimensão da cultura social mais ampla” (Corrêa, 2000, p. 19).

Em linhas gerais, o livro didático pode ser entendido como um material que guarda um conjunto de conceitos sequencialmente apresentados, além de parâmetros editoriais para a sua confecção que devem ser observados.

Especialmente no século XIX, período que marca o início da institucionalização da escola no Brasil, os livros didáticos adquiriram uma dimensão importante por definir e guiar as atividades e ações do professor em sala de aula e organizar os conteúdos das diferentes matérias a ensinar. Em particular, cada campo de conhecimento organizou seus conteúdos com a utilização de textos, esquemas, figuras, metodologia adequada, entre outros elementos, que buscavam fazer com que o aluno compreendesse os conhecimentos adequadamente. Esses e outros itens buscavam garantir o livro didático como instrumento efetivo para o ensino dos saberes da escola elementar.

A partir da segunda metade dos oitocentos o controle sobre os livros usados nas escolas foi um dos itens presentes na Reforma de Couto Ferraz. Desse período, é possível encontrar indícios em pareceres de livros didáticos elaborados por professores de instituições renomadas, com o fim de elaborar julgamento para uma obra e decidir se a mesma poderia ser aprovada para uso nas escolas e decidir se um livro deveria ser adotado e/ou mantido na escola. Esses pareceres podem ser tomados como documentos importantes que expressam critérios de qualidade que os livros didáticos deveriam obedecer, ainda que de forma implícita.

Esse artigo tem como objetivo analisar o processo de avaliação de obras didáticas no século XIX com a intenção de identificar quais critérios gerais e quais critérios específicos para a área de Matemática podem ser depreendidos dos pareceres, compreendendo o papel e a importância deles no processo de validação das obras didáticas e como estratégias para a circulação de livros escolares.

Busca-se avançar em direção a uma leitura dos pareceres elaborados para os livros didáticos de Matemática, com o propósito de entender quais os critérios de qualidade eram potencialmente desejáveis nas obras submetidas para avaliação, autorização e posterior utilização nas escolas do Rio de Janeiro no século XIX. Espera-se assim, que os textos das normas nos levem de volta às práticas (Julia, 2001), de maneira que seja possível inferir sobre o real funcionamento do processo de avaliação de livros didáticos realizado no período aqui destacado.

Para atender aos objetivos aqui propostos, realizamos um trabalho de localização, reunião e seleção de textos relativos aos livros didáticos que circularam no período delimitado, incluindo a legislação sobre os livros didáticos a partir de 1854, pareceres sobre livros didáticos publicados na imprensa e/ou contidos nos próprios livros, entre outros documentos. Optou-se pela abordagem documental e como fontes principais para a realização da pesquisa foram utilizados os documentos manuscritos disponíveis no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, artigos de periódicos e livros pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional, ao acervo pessoal dos autores e à repositórios digitais.

ENTENDENDO O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS NO SÉCULO XIX

Gracin (2014), ao buscar definir o que é um livro didático, retoma o que propõem De Castell, Luke e Luke (1989) que descrevem livros como uma versão oficialmente sancionada do conhecimento e da cultura humana que implica na autoridade do livro texto desde que o conteúdo que ele contém fornece aos estudantes uma informação autorizada. A autora afirma que o livro é, assim, uma fonte de conhecimento importante e deve dar ao leitor a garantia da relevância dos conteúdos, da abordagem metodológica e da adequação às capacidades intelectuais dos estudantes de uma determinada idade.

Gérard e Roegiers (1998) afirmam que a avaliação da qualidade de um manual escolar ocupa um lugar importante tanto numa perspectiva quantitativa, em razão da sua frequência, como no plano qualitativo, dado o impacto que ela pode ter na elaboração dos manuais. Para os autores, podem-se distinguir três decisões que poderão ser tomadas no fim de tal tipo de avaliação. A primeira se refere à decisão de aprovar ou não o manual visando permitir sua difusão. A segunda está em selecionar entre vários manuais aquele que é mais conveniente. Os autores se referem a essa decisão como uma avaliação de certificação, ilustrando o exemplo em que o Estado tem que escolher entre os vários livros disponíveis.

A terceira decisão está na proposta de melhoria do manual. Com base no pensamento de Gérard e Roegiers (1998) acreditamos ser relevante investigar o que estava em discussão sobre os livros didáticos de Matemática no século XIX, tendo em vista essas decisões que podiam ser tomadas a partir da avaliação.

Isso nos lembra o que diz Choppin (2008, p. 18) em relação aos livros escolares:

Os livros escolares não são, portanto, como os demais livros. Na maioria dos países do mundo, a regulamentação que se aplica aos livros de escola diverge da que se usa para outras publicações. Geralmente, ela é mais restrita, incidindo sobre a elaboração, concepção, fabricação, autorização; ou em seu uso (modo de difusão e financiamento, procedimentos de seleção, utilização). O manual escolar constitui, assim, um precioso indicador das relações de força que estabelecem, em um dado momento e em uma determinada sociedade, os diversos atores do sistema educativo, pois o grau de liberdade que gozam seus redatores e quem os utiliza pode variar consideravelmente.

No Brasil, Silva (2011) recorda, por exemplo, que em instituições superiores, a qualidade do ensino estava condicionada ao acerto na escolha dos livros didáticos. A autora ressalta, que livros são instrumentos de poder, e que nos primeiros livros didáticos publicados pela Imprensa Régia, a partir de 1809, havia intervenção direta do governo na escolha de autores, na definição do que publicar e de quais conteúdos deveriam ser ensinados no curso da Real Academia Militar.

Quanto à avaliação existente no século XIX, foco deste artigo, nossa hipótese é que, para o caso de livros didáticos de Matemática destinados ao ensino primário e secundário, também existiam critérios internos a própria disciplina, além de outros, didático-pedagógicos que eram levados em conta para a aprovação de uma obra.

O recorte temporal que se mostra mais interessante para estudar o processo de avaliação dos livros escolares é a partir de 1854, quando o então Ministro do Império Couto Ferraz reformou o ensino primário e secundário do município da Corte, estabeleceu normas para o exercício do magistério e, entre outras medidas, criou a *Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte* (IGIPSC), órgão com várias atribuições e poderes².

Uma das atribuições da Inspetoria era a de rever, corrigir ou fazer corrigir e substituir, quando necessário, os compêndios adotados nas escolas públicas. Nos artigos 56 e 95 do Decreto n° 1331A, de 17 de fevereiro de 1854, Couto Ferraz deixou claro o controle sobre as publicações, mas por outro lado, incentivou os professores e os intelectuais a escreverem livros para a escola elementar, por meio da realização de concursos que publicariam as melhores obras e dariam a seus autores prêmios em dinheiro.

Para a possível adoção da obra, em primeiro lugar, a avaliação dos livros passava pelo mérito da obra (de certa forma associado a alguma concepção de qualidade³), propagada inicialmente pelo próprio autor ao encaminhar o livro para autorização, que deveria ser confirmado posteriormente na avaliação positiva que o livro recebesse. Em outro momento,

o livro passava pelo crivo dos professores da escola, usuários da obra em classe, que por vezes se queixavam e solicitavam a troca da obra por outra. Esta insatisfação com o livro utilizado gerava então a necessidade de outro parecer, que avalizaria a obra em comparação a outras existentes.

Em geral, a burocracia do processo de avaliação realizada durante o século XIX pode ser compreendida pelo seguinte esquema que sintetiza o processo a que os manuais didáticos do século XIX eram submetidos.

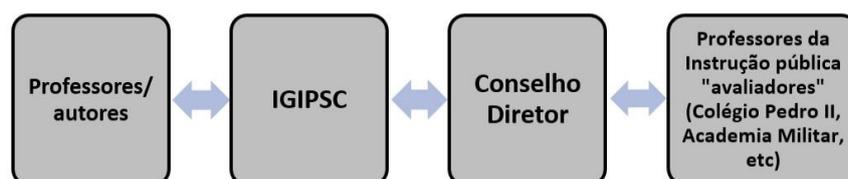


Figura 1 – Circuito de avaliação de livros didáticos

Fonte: Esquema elaborado pelos autores adaptado de Castellanos (2017).

O processo começava pela esquerda do esquema da Figura 1 com os professores/autores que encaminhavam suas obras ao Conselho Diretor, órgão da IGIPSC que articulava a avaliação das obras e as encaminhava a professores de instituições de prestígio. Após a análise da obra por um professor/avaliador, o processo se realizava em direção contrária, voltando o parecer ao autor com a decisão da IGIPSC comunicando sobre a adoção ou não a obra em questão.

As circunstâncias que levaram cada obra e seu autor a entrar no circuito dos livros escolares e possibilitavam sua adoção em um determinado momento histórico são singulares. Mesmo não tendo sido necessariamente avaliados por critérios rígidos e/ou individuais, essas obras passaram por algum processo de “validação” seja de avaliação, crítica ou de sua adequação para o ensino da disciplina, ou em comparação a outros congêneres existentes.

Podemos ter uma amostra de uma avaliação feita por Pires de Almeida, em seu conhecido livro *Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*, em que o autor fala dos livros de Aritmética em geral:

[...] não muito práticos, carecem da primeira qualidade que lhes seria tão necessário; quase sempre são apenas reflexos mais ou menos fiéis do ensino dado no Colégio D. Pedro II ou em outros estabelecimentos de instrução secundária. Quando os autores fazem os livros elementares, pensam mais nos seus rivais que nos alunos; pretendem mostrar que não ignoram nada do que se poderia ensinar sobre a matéria e crêem que nada dizem, se não disserem tudo (Almeida, 2000, p. 161).

Em seu texto, Pires de Almeida (2000, p. 162) cita especificamente alguns títulos e autores em sua crítica:

[...] a Aritmética de Trajano, organizada conforme o sistema de um dos tratados mais populares nos Estados Unidos, está escrita com clareza e dá desenvolvimento suficiente. A de B. Alves Carneiro, que não é tão clara, é entretanto, do ponto de vista puramente científico, melhor que a precedente. Os tratados de Aritmética, de Álgebra e de Geometria de Christiano Benedito Ottoni são ainda lidos, estudados e consultados com vantagens, apesar das importantes modificações já introduzidas, trazidas no ensino das ciências matemáticas. Assinalamos também uma Geometria do Capitão Duarte, especialmente escrita para alunos do Liceu de Artes e Ofícios; esta obra pode colocar-se entre as primeiras e as melhores, feitas no gênero.

No que diz respeito ainda à validação da obra no mercado de livros, Silva (2000) menciona o fato de pareceres sobre o livro, incorporados à obra, além do número de edições, serem aspectos que também demonstram o seu grau de aceitabilidade e sucesso. Além disso, muitos autores passam a mencionar a autorização em suas capas, o que acaba sendo uma informação que agregava valor a obra e garantia (a autores e editores) sua adoção e aumento das vendas.

Galvão (2009), em *A circulação e uso do livro escolar de leitura em Pernambuco no século XIX*, levantou algumas hipóteses sobre itens considerados ao se avaliar a qualidade das obras nessa época. Apesar do texto ter como foco os livros de leitura, quem os escrevia, quais editoras os publicavam e como eles circulavam no contexto pernambucano, sua análise se mostra também interessante para pensarmos sobre obras didáticas de outras províncias e de outras áreas, como a Matemática. Os critérios elencados por Galvão (2009) não estavam explícitos em nenhuma legislação da época, mas, nossa hipótese é que eles existiam, mesmo implicitamente, a partir do olhar daqueles que eram indicados para avaliar as obras didáticas que seriam postas em circulação (como registrado na legislação), e que esses critérios supostamente apontavam para a qualidade do livro e estavam presentes em pareceres escritos para essas obras.

PARECERES E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO⁴ E QUALIDADE

Muitos dos livros autorizados para uso das escolas, recebiam críticas ou impressões de leitores privilegiados. Esses leitores, muitas das vezes pessoas ilustres, elaboraram pareceres (oficiais ou não) sobre os livros que eram divulgados para o público de diversas formas.

Ao longo do século XIX, era então comum, como destaca Bittencourt (2008), que a publicação da primeira edição da obra fosse submetida ao controle estatal e na segunda edição fosse anexada uma folha de rosto com a comprovação da aprovação oficial, o que dava legitimidade ao manual. Em muitos livros-texto percebe-se um ou mais pareceres afixados nas primeiras folhas, antes do sumário, como um elemento paratextual⁵. Essa prática incorporava à obra certo prestígio, de maneira que o leitor pudesse, antes mesmo de

desfolhar suas páginas, perceber sua suposta grandeza e valor. De acordo com Silva (2000, p. 129), “[...] as apreciações eram extraídas de jornais, revistas ou redigidas por inspetores credenciados ou professores reconhecidos por sua competência”.

Como não há registros da existência de uma comissão específica de avaliação dos livros (embora saibamos da existência de avaliações dos livros) que seriam utilizados nas escolas, como temos hoje com o Plano Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e como existiu com a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) na *Era Vargas*, entendemos que esse tipo de parecer pode nos fornecer informações (ou ao menos nos permitem conjecturar) quais características das obras eram consideradas durante o processo que levava a autorização dos livros didáticos durante o século XIX. É claro que esses pareceres carregam impressões muito pessoais a respeito das obras e, quem os escrevia, eram indivíduos que muitas vezes tinham proximidade com o autor. No entanto, esse fato não implica em nossas observações, uma vez que o nosso objetivo não é determinar se o livro “A” era pior ou melhor que o livro “B”, mas sim levantar a partir da leitura desses pareceres, quais itens podem ter sido considerados como relevantes na avaliação e para a aprovação de uma obra no século XIX.

Mas quais aspectos do livro didático estavam em jogo quando se tratava da avaliação de uma obra⁶?

Galvão (2009) aponta como um primeiro aspecto a presença de bons conteúdos nas obras. Segundo a autora, os bons conteúdos eram aqueles prescritos pelo currículo oficial ou que trouxessem informações sobre as diversas áreas do conhecimento, objeto da escolarização. Não era preciso apenas que as obras dispusessem de bons conteúdos, pois, como relata, essas tinham a necessidade de servir ao aluno não somente na escola ou em uma determinada disciplina, mas ser um aparato de busca pelo conhecimento (Galvão, 2009).

Como forma de ilustrar esse critério levantado por Galvão (2009), as considerações a seguir dispõem sobre a recomendação da obra *Ensino d’aritmética ou Guia do Calculador* de Cândido Souza Rangel editada em 1ª edição em 1874. Pelas informações da folha de rosto, a obra já havia sido aprovada pelo *Conselho de Instrução Pública* da província do Rio Grande de Sul⁷. Entretanto, para sua utilização nas escolas da Corte, foi submetida à nova avaliação. No parecer localizado no AGCRJ⁸, datado de 1878, nas palavras de Zeferino José de Oliveira, professor do Colégio Pedro II, “[...] salvo ligeiros senões que um professor consciencioso n’altura de seo ministério, poderá com facilidade corrigir”, “[...] com vantagem pode o dito trabalho [ser] admittido nas escolas de instrucção primária” (AGCRJ, Códice 11-4-33, 1878-1879, p. 27).

O avaliador mostrou-se mais receoso, entretanto, quanto a adoção da mesma obra para a instrução secundária por não atender aos anseios e expectativas do público a qual se destinava.

[...] não penso na sua adopção nas aulas de instrucção secundária, porque o compêndio é mais prático do que teórico e está longe de poder satisfazer aos desejos do legislador mandando adoptar, aritmetica, álgebra e

geometria como preparatórios aos homens graduados em sciencias que além de saberem resolver os problemas numéricos, graphics e de situação das grandezas precisão mui principalmente daquelle cunho de rectidão, que os raciocínios mathematicos sabem imprimir aos juizoꝝ do espírito humanos e que de não obtém com definições, mal estabelecidas, regras mal expostas e princípios sem demonstrações (AGCRJ, Códice 11-4-33, 1878-1879, p. 27).

Por esse trecho, o que transparece é que o ensino de Aritmética na escola primária poderia se pautar em um viés mais prático, mas o mesmo não deveria ser seguido pela escola secundária. O mesmo parecer indicava a preocupação que o livro, além de proporcionar a resolução de problemas numéricos, possuísse definições bem estabelecidas, regras bem-postas e demonstrações, o que a obra em questão parecia não possuir. Observa-se que, ao final do seu parecer, Zeferino José de Oliveira julgou que o livro não era adequado o suficiente para ser adotado no Colégio Pedro II, “[...] onde fazendo-se um curso completo de letras devem ser especialistas os professores e por conseguinte autores das matérias que leccionão” (AGCRJ, Códice 11-4-33, 1878-1879, p. 27) e recomendou que a melhor adoção como compêndio fosse a própria palavra do professor da turma, organizada por meio de postilas.

Outro aspecto levantado por Galvão (2009, p. 130) diz respeito a exatidão dos conteúdos apresentados nas obras didáticas. Esses “[...] deveriam ser considerados do ponto de vista científico”.

A obra *Segunda Arithmetica para meninos*, de Souza Lobo⁹, traz um parecer¹⁰ elogioso e favorável à sua aprovação. *Antonio Carlos Ennes Bandeira* (Bandeira [18--] *apud* Souza Lobo, 1933, p. v), salientou que “A ordem e a naturalidade em que se acham expostas e explicadas as matérias” e a “[...] precisão, a escolha e a exactidão das definições e das regras” eram “[...] de um incontestável merecimento”. Além disso, acrescentou que no livro “[...] tudo é recomendável: desde a lucidez da exposição até o rigor da dicção” (Bandeira [18--] *apud* Souza Lobo, 1933, p. v).

As obras que não atendessem ao critério da correção dos conteúdos recebiam pareceres desfavoráveis. Em alguns casos, observa-se a aprovação e a identificação do mérito de uma determinada obra, mesmo que o parecer contivesse alguns apontamentos negativos ou observância de erros e definições mal-feitas, indicando que fosse corrigido. É o que parece ter sido o caso da crítica feita à obra *Compêndio de Arithmetica* de *Carlos Victor Boisson*¹¹ por Luiz Antonio de Miranda Freitas publicada no *Jornal do Commercio*.

Verdadeiros são os principios estabelecidos e exactas as theorias ensinadas. Não conheço outra arithmetica elementar que reuna tantas e tão boas qualidades como as que soube do Dr. Boisson dar ao seu trabalho que é de incontestável merecimento e que será de grande proveito não só para os alumnos, mas ainda para os professores. Muitos erros devidos, certamente, á impressão do livro notão-se ás paginas 19, 33, 55, 85, 125, 141 e 144; e 5 e 15 das notas, o que em cousa nenhuma pode alterar o merito

da obra, sendo, entretanto, necessario que taes erros desapareção, quando se tenha de fazer uma nova edição (Freitas, 1880, p. 2).

As traduções de obras estrangeiras também deveriam passar pelo crivo da avaliação para serem adotadas nas escolas. Em março de 1878, *Maria Guilhermina Loureiro de Andrade* solicitou que sua tradução do livro *Arithmetica* da *Série Natural* de *Stoddard A. Felter* fosse avaliada¹². No AGCRJ, juntamente com a carta, podem ser encontrados pareceres favoráveis a obra congratulando a professora pelo trabalho de tradução¹³. Entretanto, “[...] apesar do aval desses sujeitos” (Chamon, 2008, p. 103), a obra de Guilhermina Loureiro de Andrade não foi aprovada por Luiz Pedro Drago, professor de Matemática do Colégio Pedro II, encarregado do parecer. Após ter “[...] examinado cuidadosamente o manuscrito”, o professor declara que “[...] o trabalho, em geral, ressentese de muitas imperfeições, e só poderia servir depois de convenientemente correcto” (AGCRJ, Códice 11-4-33, 1878-1879, p. 87).

De certa forma correlacionado à correção, a organização, a clareza e a brevidade dos conteúdos também eram fatores que determinavam a qualidade das obras (Galvão, 2009). Os conteúdos deveriam se apresentar de acordo com uma sequência lógica, um encadeamento de ideias que possibilitassem ao aluno uma melhor compreensão e relação de estudos anteriores com os posteriores. Determinados compêndios recebiam pareceres desfavoráveis por serem considerados inadequados para o público a que se destinavam, quanto a este quesito.

O Inspetor Geral *Euzébio de Queiroz* em seu Relatório do ano de 1856, propôs que para o trabalho de revisão e avaliação dos livros, convinha “[...] extirpar algumas proposições, por serem umas pouco orthodoxas, outras contrarias aos princípios de nosso systema governativo, e outras inexactas quanto a matéria do ensino ou enunciadas sem a clareza necessária à inteligência dos alunos” (Brasil, 1857, Anexo K, p. 6).

Um exemplo que pode ser mencionado é o parecer do livro *Elementos de Arithmetica* de *João José Luiz Vianna*¹⁴, assinado por *Manoel Francisco Corrêa Leal*, lente da Escola da Marinha. Corrêa Leal ressaltou que “[...] as definições são claras e precisas, os corolários decorrem logicamente dos princípios admittidos; o processo das operações é indicado com methodo e clareza” (Leal, 1882 *apud* Vianna, 1927, p. 6). Adiante, mencionou que “[...] as diversas theorias, tratadas elementarmente, estão estabelecidas de modo que o seu estudo, além de facil, torna-se proveitoso aos que se destinam a estudos mais elevados de mathematicas”, o que nos faz pensar também na questão que diz respeito à utilidade das informações contidas nas obras, que veremos mais adiante.

No parecer já citado da *Segunda Arithmetica* escrita por Souza Lobo, Antonio Carlos Ennes Bandeira mencionou a dedicação do autor ao organizar o compêndio e afirmou que “[...] um compendio util é aquelle que, pela simplicidade do methodo, pela clareza da exposição e correção do estylo, procura tornar accessíveis a qualquer intelligencia as sãs doutrinas que o constituem” (Bandeira [18--] *apud* Souza Lobo, 1933, p. v). Dessa forma

atestou a qualidade da obra em questão, uma vez que declarou que a mesma “[...] satisfaz de uma maneira completa a todas as exigencias do ensino” (Bandeira [18--] *apud* Souza Lobo, 1933, p. v).

Augusto Olavo R. Ferreira, iniciou suas observações sobre a obra *Arithmetica Elementar* de *Antonio Monteiro de Souza* declarando que, a despeito da observância dos critérios necessários em um livro, a publicação da obra por si só já representava um ganho para a instrução, muito embora em sua avaliação, a obra analisada se propunha, e o fazia de maneira satisfatória, tanto quanto à exposição quanto ao “methodo”, o estudo da *Arithmetica*, como podemos observar logo no início de suas declarações. Ao afirmar que “[...] as questões são expostas de modo conciso e claro” (Ferreira, 1898 *apud* Souza, 1910, p. xviii) atestou a forma com que o autor expôs os conteúdos e a linearidade adotada para a fácil compreensão do conteúdo. Acredita-se que essa preocupação estivesse ligada diretamente à compreensão do conteúdo pelo aluno de forma intuitiva e natural, não obstante a do professor também, indivíduo que podia ser considerado chave no processo de ensino e aprendizagem.

Ao citar o *Curso Desenho Linear* de Paulino Martins Pacheco, em carta destinada a *Cesar Augusto*, Reitor do Internato do Imperial Collegio de Pedro 2º, o Sr. *Delfim da Câmara* expôs, brevemente, a aprovação do livro justificando sua adoção pelo método e clareza da obra que “[...] destinado a servir de compêndio aos alunos da 1ª turma da aula de Desenho d’este internato; e, reconhecendo que semelhante trabalho, por seu methodo e clareza presta-se cabalmente ao fim a que seu auctor o destina” (AGCRJ, Códice 11-4-33, 1878-1879, p. 37).

Diretamente ligada ao conceito de clareza e método, exigências essas preconizadas pelos pareceristas, a “transposição didática”¹⁵ dos conteúdos foi observada na leitura dos pareceres por Galvão (2009, p. 141), “[...] a preocupação com a ‘transposição didática’, [...] parecia presente não apenas restrita ao manual escolar, mas a toda ação da escola, pelo menos no final do século, quando a discussão sobre o método intuitivo¹⁶ e a ‘lição de coisas’ tornam-se cada vez mais presentes”.

O parecer do *Diário de Pernambuco*, a respeito da *Arithmética Elementar* de *Antonio Monteiro de Souza*, explicitava o destaque do livro à uma certa “transposição didática” dos conteúdos, o que nos permite afirmar que a obra recebeu parecer favorável nesse quesito, ressaltando a dimensão dada ao compêndio para esse aspecto. Ao afirmar que uma obra ao expor as “[...] questões de modo synthetico e claro e illustrando-as com exemplos que se expõem á comprehensão do enunciado” (*Diário de Pernambuco* 1899 *apud* Souza, 1910, p. xvi), o parecer ressaltava a importância da metodologia adotada pelo autor, o cuidado e a atenção que era dada ao processo de ensino e de aprendizagem da criança a qual o livro seria destinado.

As obras deviam apresentar-se ainda útil aos alunos. Como retrata Galvão (2009, p. 131) esta utilidade “[...] estava diretamente relacionada à aplicação que fariam dos conhecimentos aprendidos em sua vida prática”.

A instância do caráter prático que deveria nortear todos os conteúdos curriculares do ensino primário nesse período é recorrente em vários documentos analisados. A utilidade prática dos saberes escolares é explicada, por um lado, por argumentos da “moderna pedagogia”, baseada no ensino intuitivo, [...] e pela necessidade supostamente demandada pelo público que, naquele momento, frequentava as escolas primárias [...] (Galvão, 2009, p. 132).

A autora ressalta, entretanto, que nem todos os conhecimentos práticos eram considerados fundamentais para as crianças, uma vez que, dentre esses saberes, incluíam-se o ensino religioso e disciplinas de formação da moral¹⁷.

O parecer emitido por *João Rodrigues da Fonseca Jordão* para o livro *Curso de Desenho Linear* de Paulino Martins Pacheco, já citado, trata dos conhecimentos práticos que uma disciplina (no caso o Desenho), e por consequência, seu compêndio, trazia aos leitores.

[...] Não há profissão alguma industrial que dispense o Desenho linear: com elle o artista compreenderá rapidamente as concepções de seu mestre, e aperfeiçoará os seus trabalhos. O dono de uma fábrica abraçará os seus esboços, riscará os seus desenhos com extrema facilidade; finalmente, com o auxílio do Desenho Linear, qualquer homem transmittirá claramente, quando lhe for necessário, as suas ideas [ilegível] do pedreiro, ao carpinteiro, ao serralheiro, ao canteiro, marceneiro, ou outro qualquer artista [...]. Assim, pode-se dizer que o Desenho linear está para o artista na mesma relação que a Grammatica está para o litterato (AGCRJ, Códice 11-4-33, 1878-1879, p. 38).

Nota-se que o parecerista defendeu a ideia de que a disciplina Desenho Linear era demasiadamente importante para a formação do aluno quando fez alusão às profissões que demandavam conhecimentos práticos de Geometria.

A utilidade dos conteúdos presentes no livro didático foi mencionada também em uma carta escrita por *André Rebouças*¹⁸ em 1879 que consta no livro *Geometria Prática Popular* de *Abilio Cesar Borges*¹⁹. Além de alguns elogios e sugestões, destaca-se a relevância atribuída ao compêndio por Rebouças quando este afirmou que “[...] com certeza é o mais importante, e o que vai produzir maiores benefícios à educação popular (Rebouças 1879 *apud* Borges, 1944, p. xix)”. Adiante, Rebouças enfatizou a relevância dos conhecimentos específicos da disciplina aplicados ao trabalho.

Necessitamos educar esta nação para o trabalho; estamos cansados de ouvir discursos. Já vai, mercê de Deus, passando o período da *verbiagem*; necessitamos retribuir à ciência positiva, à agricultura e à indústria de talentos, que se esterilizava nas egoísticas lutas que denominavam – política. Seu livrinho será um grande guia da infância para as províncias

da indústria e do trabalho em geral (Rebouças 1879 *apud* Borges, 1944, p. xix).

Aliada a utilidade dos conteúdos a serem ensinados, estava a preocupação com a idade dos alunos para qual a obra se destinava. A avaliação de *Antônio José do Amaral* foi solicitada de modo a comparar dois compêndios de Aritmética: um já impresso, composto pelo professor *Manoel José Pereira Frazão*, e outro, ainda em manuscrito, escrito por *Christiano Benedicto Ottoni*. Para Amaral, “[...] estabelecer princípios sem raciocínio, regras sem razão de ser, é educar e habituar mal o espírito dos meninos, sem desenvolver suas inteligências” (AGCRJ, Códice 10-4-18, 1852-1873²⁰, p. 89). O parecerista justifica a importância dessa adequação ao explicitar que os conceitos deviam ser aprendidos e não meramente decorados e ao ressaltar que conteúdos e formas que não se adequam à idade dos alunos, tornam-se uma perda de tempo.

Bittencourt (2008, p. 2013) lembra que durante o século XIX “[...] a memorização era a tônica do processo de aprendizado e era a principal capacidade exigida dos alunos para o sucesso escolar”. Sendo assim, esta concepção de aprendizado não foi ignorada pelas obras didáticas da época. “A memorização era um pressuposto básico para a aprendizagem e o ‘saber de cor’ se impunha como método que os autores buscavam incentivar” (Bittencourt, 2008, p. 203).

Entretanto, na Aritmética, a memorização de regras deveria ser estabelecida no momento certo. Em seu parecer sobre a *Arithmetica Elementar* de *João José Pereira de Aurora*, o professor da Segunda escola pública do sexo masculino da freguesia do Campo Grande, *José da Silva Santos*, disse:

O trabalho enfadonho de decorar regras e definições antes que os meninos saibão efetuar pelo menos praticamente as operações fundamentaes da arithmetica, affigura-se-nos inteiramente inútil, por isso que para eles essas regras e definições não são mais do que palavras inteiramente vasiaas de sentido, servindo apenas para sobrecarregar-lhes a memoria, na qual difficilmente se gravão essas mesmas regras e definições, de que depois em pouco tempo se esquecem (AGCRJ, Códice 12-2-5, 1880 a 1886, p. 24).

Sendo assim, o professor conclui que “[...] o estudo das regras e definições arihmeticas só deve ter lugar depois que os meninos tendo já o conhecimento pratico das quatro operações fundamentaes [...]”, e então “[...] mais fácil se lhes tornará o estudo das regras e definições relativas as operações fundamentaes, porque a pratica destas operações os levará naturalmente a deduzirl-as” (AGCRJ, Códice 12-2-5, 1880 a 1886, p. 24).

As demonstrações no campo da Matemática também têm uma importância significativa no processo de ensino e de aprendizagem, desde que a sua realização auxilie no entendimento e apropriação de determinados conceitos pelo aluno. Não obstante essa realidade, pela leitura do parecer a respeito dos compêndios de Ottoni e de Frazão, percebe-se maior relevância do primeiro em relação ao segundo na questão das demonstrações.

Relativamente ao método da exposição ainda o compêndio do Conselheiro Ottoni, atendendo-se ao fim de que são destinados tais compêndios, leva vantagem ao do Professor Frazão. Apenas dá este os princípios e regras sem a menor demonstração; habitua mal, como já dissemos, o espirito dos alumnos n'aquela idade, educa-os a somente decorar e com o inconveniente dos mesmos princípios não se arrigarem-se na mente do menino, por lhe faltar a base, que é o raciocínio da demonstração. No entretanto com o seu compêndio o Conselheiro Ottoni vai desde logo ensinando os princípios por meio de comparações e demonstrações de fácil compreensão, e habituando os meninos aos raciocínios partindo dos mais simples para os mais complexos (AGCRJ, Códice 10-4-18, 1852-1873, p. 89).

A demonstração não deve ser encarada como uma regra ou uma imposição para que um livro seja considerado de qualidade. Entretanto, a apresentação de um resultado matemático por meio de demonstração torna, por vezes, a compreensão mais simples e menos mecânica. Essa afirmação pode ser corroborada pelas palavras constantes no mesmo parecer ao afirmar-se que a obra do Professor Frazão lança “[...] quasi sempre os princípios sem demonstração” e a do Conselheiro Ottoni, em contrapartida forma “[...] os mesmos princípios por meio de fáceis demonstrações, e d’elas derivando naturalmente outros por meio de raciocínios apropriados á inteligência dos jovens alumnos, a quem é destinado o compêndio” (AGCRJ, Códice 10-4-18, 1852-1873, p. 89).

Na análise de Galvão (2009), dois outros itens ajudam a ressaltar a qualidade do livro didático do século XIX. O primeiro estava relacionado ao prestígio gozado pelo autor do livro. Nesse caso, algumas obras “dispensavam” avaliação e acabavam por serem utilizadas integralmente e livremente. O segundo item diz respeito aos conteúdos e abordagens que as obras apresentavam. De certa forma, esperava-se que os novos livros analisados fossem superiores as obras existentes em algum aspecto, quer em clareza, método ou ainda por tratar de áreas ainda não exploradas pelos manuais já publicados, mas que fossem relevantes na vida escolar e cotidiana. Por se tratar também de uma disputa de mercado, as obras ditas “melhores”, mereciam ser avaliadas a título de concessão de prêmios conforme disposto em regulamentações da época.

A leitura do parecer emitido por *Jorge Eugênio de Lóssio e Seiblit* a respeito dos mesmos compêndios já citados (um de Manoel José Pereira Frazão e o outro de Christiano Benedicto Ottoni) nos faz refletir sobre a observação de Galvão (2009) quanto à comparação entre as obras da época.

Ilmo. e Exmo. Snr.

Devolvo a V. Ex.^a os dois compêndios de arithmetica, um impresso e compôsto pelo Snr. Manoel José Pereira Frazão, e outro manuscripto e de que é autor o Snr. Conselheiro Christiano Benedicto Ottoni, e que me foram por V. Ex.^a remetidos acompanhando um officio no qual V. Ex.^a teve a bondade de declarar-me que o Conselho Diretor da Instrucção Pública da Corte desejava ouvir minha opinião acerca de ambos os compêndios, não só estudados de per si como também comparadamente,

com o fim de se poder conhecer qual dos dois é mais adoptado ao ensino da matéria de que elles tratam aos alumnos que frequentão as aulas primárias (AGCRJ, Códice 10-4-18, 1852-1873, p. 56).

Com o fim de conceder parecer favorável ou não às obras retratadas na citação, *Jorge Eugênio de Lóssio e Seiblitiz* se propôs a analisar os compêndios e, por suas considerações, podemos conjecturar que, na comparação entre os dois compêndios, itens como os elencados por Galvão (2009) parecem ter sido levados em consideração.

De todos os trabalhos dessa ordem de que tenho conhecimento, escriptos e destinados ao ensino de meninos de dez a catorze annos a Arithmetica composta pelo Snr. Conselheiro Ottoni, é a que, segundo meu parecer, pela escolha, coordenação e exposição de doutrinas, clareza, e precisão de regras e definições, será mais facilmente comprehendida nas escolas primárias, uma vez que o professor se limite a explicação dos rudimentos de que ella trata com o desenvolvimento que só se pode dar em lições oraes, e sem entrar em outros que só poderão estar ao alcance de intelligências cultivadas (AGCRJ, Códice 10-4-18, 1852-1873, p. 56).

A escolha pela obra A ou B, dava-se, pelo que podemos perceber nas palavras de alguns dos pareceristas, a partir da análise de como o compêndio era escrito, pela maneira como o autor conduzia e direcionava os conteúdos, em observância ao método, clareza e definições escolhidas. Entretanto, é possível conjecturar que, apesar de uma determinada obra ser considerada superior em relação à outra, o nome do autor e o prestígio gozado pelo mesmo exerciam fortes influências nas escolhas dos pareceristas. Esse fato pode ser comprovado pelas palavras que constam neste outro parecer das mesmas obras:

Devo dizer que a ter de entrar nesse exame, creio que difficilmente poderia libertar o meo ânimo do peso de autoridade que sobre elle exerce o nome do Snr. Cons.^o Ottoni, habituado como estou a respeitar o seo robusto talento e admirar a sua lúcida intelligencia. A rápida leitura do officio que elle dirigio a V. Ex.^a, acompanhando a remessa do compêndio, ao qual expõe o racional programma que se impôz; as judiciosas suppressões que fez no compêndio do Snr. Frazão; e outras importantes considerações; veio corroborar aquella minha impressão; e n'uma urgência, sem mais detido exame não hesitaria em optar pelo compêndio do Snr. Cons.^o C. Ottoni. Deus guarde a V. Ex.^a Ilmo. e Exmo. Snr. Cons.^o José Bento da Cunha Figueiredo. Inspector Geral da inst.^{ção} 1.^{ria} e 2.^{ria} do munic. da C.^{te}. Rio de Janeiro, 28 de ag.^{to} 1872 (AGCRJ, Códice 10-4-18, 1852-1873, p. 59).

Quando o parecerista afirma que “[...] difficilmente poderia libertar o meo ânimo do peso de autoridade que sobre elle exerce o nome do Snr. Cons.^o Ottoni”, é notório o destaque que se materializava e se validava em função do nome do autor da obra, tanto que, nas palavras e decisões do avaliador, a escolha foi feita pelo livro de Ottoni.

O parecer já citado de *Antônio José do Amaral* reconheceu o prestígio e o valor de ambos os autores, mas decidiu-se ao final pela obra de Ottoni.

Bem compreende V. Ex.a não ser muito fácil a tarefa, que V. Ex.a me impôs: tenho presente dois trabalhos – um organizado por hábil professor, que tantas provas têm dado de sua inteligência, ilustração e prática de ensino, – e outro abalizado pelo lente da escola de Marinha, autor de muitas e apreciadas obras, e cuja aposentadoria deixou na mesma escola vã lacuna difícil de ser preenchida, e um nome, que seus collegas, camaradas e alumnos, repetem sempre com respeito e veneração. Isto e o dizer que os compêndios estão escriptos com proficiência, método e claresa e que em geral são bons e correctos, é uma e a mesma cousa (AGCRJ, Códice 10-4-18, 1852-1873, p. 76).

No século XIX a escola elementar não possuía um programa explicitamente definido. No texto da Reforma Couto Ferraz de 1854 (Brasil, 1854), o artigo 47 afirma que, dentre outros conteúdos, o ensino primário nas escolas públicas compreendia “[...] os principios elementares da arithmetica” e “[...] pode comprehender tambem: o desenvolvimento da arithmetica em suas applicações praticas”. A falta de uma definição de tópicos que deveriam ser abordados nas obras para o ensino fazia com que os autores tivessem liberdade de, a partir de sua experiência, decidir o que incluir em seus compêndios. Sendo assim, isso também poderia chamar a atenção dos avaliadores ao perceber que algum tópico estava presente em uma obra e/ou ausente em outra. É o que parece ter sido levado em consideração por *Antônio José do Amaral*, mais uma vez citando o parecer elaborado para as obras de Ottoni e Frazão.

O do professor Frazão, além de uma introdução que dá noções elementares, trata das operações dos números inteiros, divisibilidade dos números, divisor commum, fracções ordinárias, fracções decimaes, operações sobre complexos, sistema métrico decimal, potências e raízes dos números, razões e proporções comprehendendo a equidiferença, regra de três simples, regra de três composta, regra de juros e regra de dividendo. Além das noções elementares, o Conselheiro Ottoni em seu trabalho occupa-se da numeração, operação sobre números inteiros, fracções ordinárias, fracções decimaes, complexos, somente a reduçção a fracções ou a decimaes e vice-versa, systema de pesos e medidas, systema métrico decimal, razões e proporções não tratando da equidiferença, regra de três simples, regra de três composta, questões de juros, questões de desconto, questões de câmbio, e regra de sociedade. Comparando as diversas partes de que consta cada um dos compêndios, nota-se de mais no do professor Frazão a divisibilidade dos números, a teoria do máximo comum divisor, as operações especiaes dos complexos, a theoria das equidiferenças, as potências e raízes; no do Conselheiro Ottoni encontramos as regras de desconto e de câmbios, de que não tratou o professor Frazão pela razão dada na sua observação final (AGCRJ, Códice 10-4-18, 1852-1873, p. 89).

O mesmo tipo de percepção parece ter tido Luiz Pedro Drago ao fazer o parecer do livro de Carlos Victor Boisson, já citado, para o qual se refere como “incompleto”.

Não julgo ser o plano traçado pelo autor, na organização daquella obra, o mais conveniente para o ensino, em consequência da urgência de condições didáticas, que devem presidir sempre trabalhos desse gênero; além de que

o compendio manuscrito está incompleto, pela falta de teorias assaz importantes; entretanto reconheço mérito no que se acha ali exposto e notavelmente no compendio impresso e devidamente apropriado para o ensino primário. É o que penso em relação ao referido trabalho [...] (AGCRJ, Códice 12-2-5, 1880 a 1886, p. 13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas relacionadas ao livro didático ganharam contornos mais definidos ao longo dos séculos XX e XXI. Durante o século XX, os processos de avaliação do livro escolar se tornaram mais concretos e estabelecidos com a criação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), bem como do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). A partir de então, a qualidade dos livros didáticos se definiu, nesse contexto, pelo cumprimento de itens mais claros e pré-estabelecidos no âmbito dessas políticas.

Entretanto, ao nos debruçarmos sobre o século XIX, é possível perceber e reconhecer de maneira similar, mas de forma não tão estruturada, características (isoladas ou não), presentes nos pareceres das obras que atestavam a sua “qualidade”. Nesse sentido, entende-se qualidade como um critério de aprovação subjetiva dada por uma ou mais pessoas, responsáveis pela análise dos compêndios circulantes nos Oitocentos.

A questão da qualidade na educação ganha proporção ainda maior quando se discute o significado semântico da palavra atrelado aos mais variados conceitos que se aplicam neste campo. Dessa forma, entender aquilo que chamamos de qualidade do livro didático é um primeiro passo para que a discussão a respeito dos pareceres e os critérios analisados se tornem claros e então conclusivos.

Do ponto de vista semântico, a qualidade é aquilo que consideramos bom, recomendável e que, comparando-se dois ou mais objetos, torna um deles melhor que o outro. Assim, a qualidade acaba por definir o padrão, o status, o valor e se ousarmos ainda, podemos dizer a importância de uma determinada coisa (ou objeto).

Diretamente relacionado a produção dos livros didáticos no Brasil, Choppin (2008), ao tratar da produção de livros didáticos como sendo de péssima qualidade na ocasião de escrita de seu artigo, endossa que o não cumprimento dos currículos oficiais, o uso de definições, teorias e conceitos errados ou obsoletos e valores que deturpam ou influenciam de forma negativa a formação cidadã, tornam o livro didático uma problemática e, inferindo sobre essas afirmações, constata-se a não qualidade de uma obra ou a insuficiência e deficiência nos processos de avaliação.

A partir dessas concepções, o livro didático passa a exercer funções para além de um material de apoio em sala de aula. Assim, o livro didático se configura como uma valiosa fonte de pesquisa para compreender as práticas escolares e os processos pedagógicos adotados e valorizados de determinada época. Alonso (2011, p. 208) nos lembra que:

[...] é possível pensar em uma análise do manual escolar não apenas como instrumento de educação, mas como um registro em que processos culturais e políticos podem ser traçados além das fronteiras das instituições educacionais, a partir de diferentes perspectivas, entre as quais a histórica, sociológica, antropológica e comunicacional. (tradução nossa)

Tendo em vista a preocupação com esse aparato pedagógico, a necessidade de disponibilizar e entregar às mãos dos estudantes e professores um objeto de qualidade levamos a perceber os processos de avaliação das obras, desde os Oitocentos até os dias de hoje, como essenciais para que essa finalidade e exigência sejam bem entendidas e atendidas.

As políticas mais atuais de aprovação e circulação dos livros didáticos determinam parâmetros, normas e exigências mais definidas e pré-estabelecidas, diferentemente do que percebemos nos pareceres analisados. De todo modo, há que se observar semelhanças entre os diferentes momentos das políticas de avaliação dos livros (século XIX, XX e XXI). Destaque para itens como a observância dos conceitos matemáticos apresentados, a adequação dos conteúdos e informações à idade a qual se destina o material, o método e a clareza, a presença de bons conteúdos, a fidelidade aos currículos escolares, sem falar do nome do autor da obra, que ainda nos dias mais atuais, mesmo que de forma tímida e velada, ainda carrega valor e estima à obra.

A partir das leituras dos pareceres, encontramos características levantadas por Galvão (2009) em sua pesquisa voltada para livros de leitura no século XIX em Pernambuco, também presentes nas obras de Matemática.

Observando de forma específica os Oitocentos, os critérios e as análises dos pareceres encontrados, indicam a presença e a preocupação com quesitos como a organização e métodos nas obras, utilidades das informações contidas, prestígio do autor, correção dos conteúdos, itens tratados aqui, dentre outros elencados ao longo da pesquisa.

Vale ressaltar que esses itens não são os únicos existentes nos pareceres analisados e nem, por certo, são exclusivos dos livros de Matemática. Entretanto, ancorados pela pesquisa de Galvão (2009), guiamo-nos pelos critérios tratados pela autora, dentre outros que foram percebidos durante a leitura e pesquisa dos documentos.

Com a finalidade de realizar as análises propostas nesta pesquisa, fez-se necessária a leitura de documentos encontrados datados do século XIX. Desta forma, as conjecturas inferidas neste trabalho não podem ser encaradas de forma conclusiva, uma vez que o olhar de outros pesquisadores pode gerar concepções diferentes ou ideias adicionais ou complementares.

Lombardi (2004, p. 93) nos lembra que “[...] nem todas as ações históricas ficaram registradas para a posteridade, pois, apesar de terem existido, não poderão ser recuperadas e contadas”. Contudo,

[...] apesar da impossibilidade de se recuperar muitos acontecimentos, experiências e vivências do ser humano, o historiador deve se apropriar dos “vestígios” deixados pelo passado. A análise que se faz do que existiu no passado e chega ao presente é parte de um processo que depende de escolhas. Os “vestígios” constituem-se em documentos, usados pelo pesquisador sendo o seu elo com o passado que o possibilitam se aproximar do objeto de estudo, interpretá-lo e reconstitui-lo. Entretanto, esse objeto define ou limita, muitas vezes, os caminhos do pesquisador (Lombardi, 2004, p. 93)

O autor afirma que esse processo depende de escolhas. Dessa maneira, podemos encarar uma pesquisa histórica por diversas óticas, dependendo da busca e do desejo do pesquisador. Outrossim, num mesmo documento podem-se extrair diversas informações diferentes ou até em uma mesma leitura, concepções e conjecturas distintas.

Como o nosso foco foi tratar dos pareceres relacionados aos livros de Matemática do século XIX, recomendamos, portanto, que a pesquisa seja estendida para outras áreas a fim de estabelecer semelhanças e diferenças não só com a área aqui em questão como também com as políticas atuais relacionadas às demais disciplinas escolares.

REFERÊNCIAS

AGCRJ. ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. AGCRJ. Série Instrução Pública. **Documentos manuscritos**. Códice 11-4-33, Obras e Publicações, 1878-1879. Rio de Janeiro.

AGCRJ. ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. AGCRJ. Série Instrução Pública. **Documentos manuscritos**. Códice 12-2-5, Obras e Publicações, 1880 a 1886. Rio de Janeiro.

AGCRJ. ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Série Instrução Pública. **Documentos manuscritos**. Códice 10-4-18, Exames, 1852-1873. Rio de Janeiro.

ALMEIDA, J. R. P. **A instrução pública no Brasil (1500-1889)**. Trad. Antonio Chizzotti, Ed. Guedes, Maria do Carmo. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2000.

ALONSO, G. D. S. Los manuales escolares como posibilidad investigativa para la historia de la educación: Elementos para una definición. **Rev. Hist. Edu. Latinoam**, Santander, n. 16, p. 199-224, ene./jun. 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/comocitar.oa?id=86922549009>. Acesso em 18 jan. 2018.

BITTENCOURT, C. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BITTENCOURT, C. M. F. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a08v30n3.pdf>. Acesso em: 19 set. 2018.

BLAKE, A. V. A. S. **Dicionário bibliográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. 7 v.

BORGES, A. C. [Barão de Macaúbas]. **Geometria Prática Popular**. 30. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1944.

BRASIL. **Decreto n. 1.331A, de 17 de fevereiro 1854**. Aprova o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no município da Corte. LexML: Legislação Federal. Disponível em:
<http://www2.camara.gov.br/atividadelegislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BRASIL. Ministério do Império. **Relatório do ano de 1856 apresentado a Assembleia Legislativa na 1ª sessão da 10ª Legislatura**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857. Relatório da Inspectoria Geral da Instrução primária e secundária do município da Côrte. Anexo K.

CARVALHO, M. A. R. **O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil**. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, 1998.

CASTELLANOS, S. L. V. **O livro escolar no Maranhão Império (1822-1899)**. São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2017.

CHAMON, C. S. **Escolas em Reforma, saberes em trânsito: a trajetória de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1869-1913)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ep/a/GNrkGpgQnmdcxwKQ4VDTgNQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 maio 2018.

CHOPPIN, A. Políticas dos livros escolares no mundo: perspectiva comparativa e histórica. **História da Educação**, Pelotas, v. 12, n. 24, p. 9-28, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29225>. Acesso em: 30 jan. 2018.

CORRÊA, R. L. T. O livro escolar como fonte de pesquisa em história da educação. **Cadernos Cedes**, Campinas, ano XIX, n. 52, p. 11-24, nov. 2000. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n52/a02v2052.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2018.

DE CASTELL, S., LUKE, A., & LUKE, C. Language, authority and criticism. Readings of the school textbook. London: Falmer Press, 1989.

FREITAS, L. A. M. Compendio de Arithmetica de C.V. Boisson. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano 59, n. 11, p. 2, 11 jan. 1880. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&pesq=Boisson&hf=memoria.bn.br&pagfis=60. Acesso em: 21 ago. 2018.

GALVÃO, A. M. O. A circulação e uso do livro escolar de leitura em Pernambuco no século XIX. In: BATISTA, A. A. G.; GALVÃO, A. M. O. **Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história**. Campinas: Mercado de Letras, 2009. p. 121-151.

GASPARELLO, A. M. Traduções, apostilas e livros didáticos: ofícios e saberes na construção das disciplinas escolares. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 12., 2006, Niterói. **Anais Eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: Anpuh Rio, 2006. p. 1-10. Disponível em: <http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Arlette%20Medeiros%20Gasparello.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2021.

GENETTE, G. **Paratextos editoriais**. Trad. Álvaro Faleiros. Cotia: Ateliê, 2009.

GÉRARD, F. M.; ROEGIERS, X. **Conceber e avaliar manuais escolares**. Trad. Júlia Ferreira e Helena Peralta. Porto: Porto, 1998.

GONDRA, J.; GARCIA, I.; SACRAMENTO, W. Estado imperial e Educação Escolar – Redescutindo a reforma Couto Ferraz (1854). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1., 2000, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro, 2000. CD-Rom.

GRACIN, D. G. Mathematics Textbook as an Object of Research. **Croatian Journal of Education**, v. 16, n. 3, p. 211-237, 2014. Disponível em: <https://hrcak.srce.hr/file/191373>. Acesso em: 20 out. 2018.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749/20279>. Acesso em: 30 jun. 2017.

LOMAS, C.; JURADO, F. (eds.). **Los libros de texto: ¿tradición o innovación?** Bogotá: Magistério, 2015.

LOMBARDI, J. C. História e Historiografia da Educação: atentando para as fontes. In: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (org.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 141-176.

NAVA, P. **Chão de Ferro**. 3. ed. São Paulo: Ateliê, 2001.

OSSENBACH, G. Manuales escolares y patrimonio histórico-educativo. **Educatio Siglo XXI**, Madrid, v. 22, n. 2, p. 115-132, 2010. Disponível em: <http://revistas.um.es/educatio/article/view/111991>. Acesso em: 16 ago. 2018.

RANGEL, C. S. **Ensino d'Arithmetica ou Guia do Calculador**. Porto Alegre: Typ do Rio-Grandense, 1874.

SAVIANI, D. Método intuitivo. Verbete. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, I. M. (org.). **Navegando na História na Educação Brasileira**. Glossário. Campinas: HISTEDBR, 2006. Disponível em:

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_metodo_%20intuitivo%20.htm. Acesso em: 31 dez. 2018.

SILVA, C. M. S. Controle estatal sobre livros didáticos de matemática utilizados na Academia Militar no Brasil. *Zetetiké*, Campinas, v. 19, n. 35, p. 11-35, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/zetetike/article/view/8646644/13546>. Acesso em: 04 maio 2019.

SILVA, C. M. S. O livro didático de matemática do Brasil no século XIX. In: FOSSA, J. A. (org.). **Facetas do diamante**: ensaios sobre educação matemática e história da matemática. Rio Claro: Editora da SBHMat, 2000. p. 109-162.

SILVA, S. R. **Livros didáticos de Matemática**: investigando critérios para a adoção de manuais no século XIX. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

SOUZA LOBO, J. T. **Segunda Arithmetica para meninos**. 30. ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1933.

SOUZA, A. M. **Arithmetica Elementar**. 4. ed. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1910. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/159291>. Acesso em: 03 out. 2018.

TRINCHÃO, G. M. C.; JULIANO, C. B. A. (org.). **Os saberes em desenho do Barão de Macaúbas**. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2015.

VALENTE, W. R. **Uma história da matemática escolar no Brasil (1730-1930)**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 1999.

VIANNA, J. J. L. **Elementos de Arithmetica**. 23. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves: 1927.

AUTORIA:

* Mestrado em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Professora da Secretaria Municipal de Educação - Rio de Janeiro. Contato: suhender@hotmail.com

** Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Contato: flaviadss@id.uff.br

COMO CITAR ABNT:

SILVA, S. R. da; SOARES, F. dos S. Entre pedidos e pareceres: avaliações de livros didáticos de matemática no século XIX. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 23, p. 1-25, 2023. DOI: 10.20396/rho.v23i00.8664407. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8664407>. Acesso em: 22 nov. 2023.

Notas

- ¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.
- ² A IGIPSC era composta pelo Ministro do Império, por um Inspetor Geral, por um Conselho Diretor e por delegados de distrito. Gondra, Garcia e Sacramento (2000, p. 3) ressaltam que a instalação da Inspetoria e as atribuições de seus membros evidenciavam “[...] uma disposição em modelar a instrução” e indicavam “[...] o grau de controle a que a instrução deveria ser submetida, passando tanto pela estrutura criada, como pelo detalhamento das competências”.
- ³ Independente da política que gerencia a questão do livro didático, supõe-se (e deseja-se) que o livro que vai para as mãos de alunos e professores seja um “bom” livro e que obedeça a certos critérios que garantam a sua “qualidade” conforme cada época histórica, contexto e área de conhecimento.
- ⁴ A expressão “critérios de julgamento” é a utilizada por Galvão (2009).
- ⁵ Genette (2009), elucida os paratextos de uma obra literária como um conceito que compreende produções, verbais ou não, que acompanham um texto literário e que “[...] o cercam e o prolongam, exatamente para apresentá-lo, no sentido habitual do verbo, mas também em seu sentido mais forte: para torná-lo presente, para garantir sua presença no mundo, sua ‘recepção’ e seu consumo” (Genette, 2009, p. 9). Para o autor, “[...] paratexto é aquilo por meio de que um livro se torna livro e se propõe como tal a seus leitores, e de maneira mais geral ao público” (Genette, 2009, p. 9). Como exemplos de paratextos Genette cita o nome do autor, o título, as dedicatórias, epígrafes, o prefácio e mesmo “mensagens” situadas fora do livro (por exemplo, as entrevistas do autor ou resenhas de sua obra).
- ⁶ É preciso salientar que esses possíveis critérios se juntavam a outros e por vezes a leitura de um mesmo trecho de um parecer pode deixar transparecer mais de um critério.
- ⁷ O exemplar consultado pertence ao acervo da Biblioteca Nacional.
- ⁸ Em todo o artigo na citação de documentos manuscritos ou de trechos das obras, foi mantida a grafia original.
- ⁹ De acordo com Blake (1970), *José Theodoro de Souza Lobo* era natural do Rio Grande do Sul e era engenheiro geógrafo. No Rio Grande do Sul foi vice-diretor e lente de matemáticas da Escola Normal e membro do Conselho de Instrução Pública. É autor da *Primeira arithmetica*, com 8ª edição de 1883 e da *Segunda arithmetica*, com 8ª edição de 1888.
- ¹⁰ O parecer foi redigido em 1870 e faz parte das páginas iniciais da 30ª edição da obra, de 1933 (Souza Lobo, 1933).
- ¹¹ *Carlos Victor Boisson* era Bacharel em Ciências Physicas e Mathematicas e faleceu a 19 de dezembro de 1883 (Blake, 1970). Foi professor da Escola de Marinha e atuou também como presidente da Caixa Geral das famílias ou sociedade de seguros sobre a vida para instituição de heranças, dotes e pensões. Escreveu, dentre outras obras: *Arithmetica. 1ª parte. Instrução primaria: Theoria e pratica das quatro operações; Compêndio de arithmetica* “[...] para uso das classes de matematicas elementares, seguido de numerosas applicações ao comercio, compreendendo as principais questões relativas ao credito publico e seguido de um apêndice concernente às operações de seguro sobre a vida” (Blake, 1970, p. 91-92), de 1883; e *Estudo das formulas e tarifas do monte-pio geral*, de 1882.
- ¹² A carta solicitando aprovação da obra encontra-se no AGCRJ.
- ¹³ Os pareceres são assinados por: Joaquim Pires Portela, deputado e diretor do Arquivo Público do Império; José Pereira Rego Filho, filho de conselheiro do Império de mesmo nome, juiz de paz e Delegado da Instrução primária e secundária da freguesia de Santo Antônio na Corte e outro de Manoel Peixoto Cursino do Amarante, engenheiro e lente da Escola Militar da Corte (Chamon, 2008).
- ¹⁴ Bacharel em ciências matemáticas e físicas, membro do Instituto Polytechnico Brasileiro e professor de Matemática da Escola Naval.

¹⁵ Não temos o intuito de discutir sobre a transposição didática, ou se ela de fato era uma ideia presente nos livros escolares do século XIX. Em termos gerais a ideia de transposição didática surge da necessidade de algum tipo de adaptação do conhecimento quando se trata de ensiná-lo. Manteremos a expressão entre aspas, tal como foi referida por Galvão (2009).

¹⁶ “O método intuitivo, conhecido como lições de coisas, foi concebido com o intuito de resolver o problema da ineficiência do ensino diante de sua inadequação às exigências sociais decorrentes da revolução industrial que se processara entre o final do século XVIII e meados do século XIX. Ao mesmo tempo, essa mesma revolução industrial viabilizou a produção de novos materiais didáticos como suporte físico do novo método de ensino. Esses materiais, difundidos nas exposições universais, realizadas na segunda metade do século XIX com a participação de diversos países, entre eles o Brasil, compreendiam peças do mobiliário escolar; quadros negros parietais; caixas para ensino de cores e formas; quadros do reino vegetal, gravuras, cartas de cores para instrução primária; aros, mapas, linhas, diagramas, caixas com diferentes tipos de objetos como pedras, metais, madeira, louças, cerâmica, vidros; equipamentos de iluminação e aquecimento; alimentação e vestuário etc. Mas o uso de todo esse variado material dependia de diretrizes metodológicas claras, implicando a adoção de um novo método de ensino entendido como concreto, racional e ativo. O que se buscava, portanto, era uma orientação segura para a condução dos alunos, por parte do professor, nas salas de aula. Para tanto foram elaborados manuais segundo uma diretriz que modificava o papel pedagógico do livro. Este, em lugar de ser um material didático destinado à utilização dos alunos, se converte num recurso decisivo para uso do professor, contendo um modelo de procedimentos para a elaboração de atividades, cujo ponto de partida era a percepção sensível” (Saviani, 2006).

¹⁷ Galvão (2009) atenta para o fato de que essas obras continham fundamentos religiosos e máximas morais que as crianças deveriam conservar em suas memórias.

¹⁸ Engenheiro, bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas, abolicionista e monarquista brasileiro, nascido na Bahia em 1838. Foi exilado junto com a família imperial com a Proclamação da República em 1889. Faleceu em 1898 em Funchal, na Ilha da Madeira. Para mais informações consultar a obra de Carvalho (1998).

¹⁹ Abilio Cesar Borges era baiano e nasceu em 1824 e se formou médico em 1847. Escreveu livros para a alfabetização, leitura e desenho. Faleceu em 1891. “O “amigo das crianças” escreveu uma vastíssima obra didática, criou inúmeras escolas na Bahia, no Rio de Janeiro e em Barbacena, Minas Gerais. Muito elogiado, sendo agraciado com o nobre título de “barão de Macaúbas” pelo imperador, em razão dos “[...] serviços prestados à grande causa patriótica: a educação”, teve biografias que destacaram suas obras escolares. Abílio César Borges, diretor geral da instrução da Bahia, fundou o Ginásio Baiano, e depois se transferiu para a Corte, no Rio de Janeiro, criou o Colégio Abílio e outro em Barbacena, Minas Gerais, atraindo os filhos das elites pelas inovações pedagógicas” (Bittencourt, 2004, p. 485). Para mais informações sobre Abilio Cesar Borges, consultar Trinchão e Juliano (2015).

²⁰ Os códices do ano de 1852-1873 correspondem na verdade ao ano de 1872. Em um mesmo códice, agrupam-se várias folhas com documentos diversos. Por isso, citei este ano que está dentro do período registrado no códice, mas como consta a página, mantive ao ano de 1852 a 1873 para ficar coerente com as referências ao final.